

Lista de Verificação e Diretrizes para a Implementação de um Sistema de Alerta Precoce para Perigos Múltiplos (SAPMP) inclusivo em Timor-Leste



Declaração de exoneração de responsabilidade

A produção destas diretrizes foi liderada pela Autoridade de Proteção Civil de Timor-Leste em consulta com o Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (*UN Office for Disaster Risk Reduction*, UNDRR).

As designações utilizadas e a forma como o material é apresentado nesta publicação não refletem a opinião do Secretariado das Nações Unidas sobre o estatuto jurídico de qualquer país ou território, ou das suas autoridades, ou sobre a delimitação das suas fronteiras ou limites. As designações de grupos de países no texto e nos quadros destinam-se exclusivamente a fins estatísticos ou analíticos e não expressam necessariamente um juízo sobre a fase em que determinado país ou região se encontra no processo de desenvolvimento. A referência a nomes de empresas e produtos comerciais não implica qualquer recomendação por parte das Nações Unidas.

Alguns direitos reservados. Este trabalho é disponibilizado ao abrigo da licença Creative Commons Atribuição - Uso Não-Comercial 3.0 IGO (CC BY-NC IGO); <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/igo/legalcode>

Em conformidade com os termos desta licença, este trabalho pode ser copiado, redistribuído e adaptado para fins não comerciais, desde que seja devidamente citado. Na utilização deste trabalho não deve constar qualquer sugestão de que o UNDRR recomenda qualquer organização, produtos ou serviços específicos.

Não é permitida a utilização do logótipo do UNDRR.

Os utilizadores que pretendam reutilizar material deste trabalho da autoria de terceiros, como tabelas, figuras ou imagens, são responsáveis por determinar se é necessária autorização para esse efeito e por obter autorização do titular dos direitos de autor. O risco de reclamações resultantes da violação de qualquer componente do trabalho de terceiros é da exclusiva responsabilidade do utilizador.

Os produtos de informação do UNDRR estão disponíveis para utilização não comercial. Os pedidos de utilização comercial, direitos e licenças devem ser submetidos através do site: <https://www.undrr.org/contact-us>

Esta publicação pode ser citada livremente, mas solicita-se a indicação da fonte.

Referência: Autoridade de Proteção Civil (2024), Lista de Verificação e Diretrizes para a Implementação de um Sistema de Alerta Precoce para Múltiplos Perigos (SAPMP) inclusivo em Timor-Leste

Agradecimentos

A UNDRR gostaria de agradecer o apoio dos seus principais doadores: Suécia, Japão, Noruega, Suíça e Finlândia, bem como a outros contribuintes principais: República da Coreia, Luxemburgo, China, Filipinas e França. A UNDRR também gostaria de agradecer o apoio significativo da Austrália através do seu Gabinete Regional para a Ásia-Pacífico.

Este relatório contou também com o apoio de Portugal. As opiniões expressas nesta publicação são da exclusiva responsabilidade do autor e não refletem necessariamente as opiniões dos doadores.

© Autoridade de Proteção Civil, 2024

Para mais informações, contactar:

Autoridade de Proteção Civil, Rua Caicoli, Postu Administrativu Vera Cruz, Municipio Dili, <https://www.apc.gov.tl>, grec@apc.gov.tl, Tel. +670 7787942

Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR), 7bis Avenue de la Paix, CH-1211 Genebra 2, Suíça, Tel: +41 22 917 89 08



UNDRR



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Lista de Verificação e Diretrizes para a Implementação de um Sistema de Alerta Precoce para Múltiplos Perigos (SAPMP) inclusivo em Timor-Leste



UNDRR



Acrónimos

SIGAS	Sistema de Informação Geográfica sobre Agricultura e Solos Utilizáveis
SAPC	Sistema(s) de alerta precoce comunitário(s)
APC	Autoridade de Proteção Civil
GRD	Gestão do Risco de Desastres
DRR	Redução do Risco de Desastres
SAP	Sistema de Alerta Precoce
IGIS	Igualdade de Género e Inclusão Social
MAP	Ministério da Agricultura e Pesca
CGRDM	Comissão de Gestão do Risco de Desastres dos Municípios
SAPMP	Sistema(s) de Alerta Precoce para Múltiplos Perigos
MdS	Ministério da Saúde
MSSI	Ministério da Solidariedade Social e Inclusão
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
DNMG	Direção Nacional de Meteorologia e Geofísica
CNGRD	Comissão Nacional de Gestão do Risco de Desastres
PNRRD	Plano Nacional para a Redução do Risco de Desastres
ONGs	Organizações Não-Governamentais
CNOPC	Comando Nacional de Operações da Autoridade de Proteção Civil
PDE	Plano de Desenvolvimento Estratégico
CGRDS	Comissão de Gestão do Risco de Desastres dos Sucos
PIGIS	Plano para a Igualdade de Género e Inclusão Social (PIGIS)
POP	Procedimento Operacional Padrão
SEIG	Secretaria de Estado para a Igualdade de Género
TVTL	Televisão de Timor-Leste



Conceitos-chave e definições

A **Acessibilidade** garante a igualdade de acesso das pessoas com deficiência ao ambiente físico, aos transportes, à informação, às comunicações e aos serviços públicos. As organizações de pessoas com deficiência (OPD) são lideradas e governadas por pessoas com deficiência e aderem aos princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Desastres são perturbações significativas para as comunidades ou sociedades causadas por acontecimentos perigosos que interagem com a exposição, a vulnerabilidade e a capacidade, conduzindo a várias perdas e impactos. Evita-se utilizar o termo “natural” para sublinhar que as vulnerabilidades são a causa principal e podem ser atenuadas através da gestão e redução do risco de desastres (RRD).

Disseminação e a comunicação envolve a distribuição de alertas perentórios, oportunos, exatos e úteis por uma fonte oficial. Esta componente garante que os alertas chegam a todos os membros da comunidade através de inúmeros canais de comunicação, permitindo-lhes adotar as medidas de proteção adequadas.

Sistemas de alerta precoce integra a monitorização dos perigos, a previsão, a avaliação dos riscos, a comunicação e as atividades de preparação de modo a permitir uma ação atempada e reduzir os riscos de desastres. Uma ação precoce implica a adoção de medidas proativas em resposta a previsões ou alertas, com vista a minimizar os impactos, ou seja, a transição de uma abordagem reativa para uma resposta preventiva a situações de emergência.

Igualdade de Género e Inclusão Social (IGIS) é um conceito que visa melhorar o acesso de todos aos bens e serviços de subsistência, incluindo as mulheres, os pobres e os grupos excluídos. Promove políticas e mentalidades mais inclusivas, aumentando a voz e a influência de todos os membros da comunidade, especialmente os que são marginalizados.

Género refere-se aos papéis, comportamentos e atributos socialmente construídos, considerados apropriados para cada género. Influencia as expectativas, as responsabilidades e as oportunidades, conduzindo frequentemente a desigualdades e à discriminação, sobretudo contra as mulheres e os indivíduos de géneros diferentes. O género está inserido num contexto sociocultural mais vasto, que se cruza com fatores como a classe, a raça, a idade e a orientação sexual.

Serviços de monitorização e alerta envolve a deteção, monitorização, análise e previsão de perigos e das suas possíveis consequências. Este componente assegura a geração de alertas precisos e oportunos, com base em dados em tempo real e análises científicas.

Os **Sistemas de Alerta Precoce para Múltiplos Perigos (SAPMP)** abordam vários perigos e/ou impactos de tipos semelhantes ou diferentes em contextos em que os eventos perigosos podem ocorrer isoladamente, simultaneamente, em cascata ou cumulativamente ao longo do tempo. Estes sistemas têm em consideração os potenciais efeitos interligados destes perigos a fim de fornecer estratégias abrangentes para a redução de riscos.

A **Abordagem centrada nas pessoas do SAPMP** garante que os sistemas de alerta precoce são concebidos para responder às necessidades das populações mais vulneráveis. Esta abordagem envolve a participação ativa das comunidades na conceção, implementação e avaliação dos sistemas de alerta precoce, permitindo garantir que os alertas são compreensíveis, acessíveis e úteis para todos os membros da comunidade.

Pessoas com deficiência inclui as pessoas com incapacidades de longa duração que, quando combinadas com barreiras sociais, impedem a plena participação na sociedade. A inclusão da deficiência assegura uma participação significativa e promove os direitos das pessoas com deficiência, em conformidade com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A integração da inclusão da deficiência implica a sua integração coerente em todas as operações e programas.

Preparação e resposta envolve a ativação de planos de preparação e resposta, bem como a capacidade de resposta a todos os níveis, para dar resposta aos alertas recebidos. Esta componente assegura que as comunidades, os governos e as organizações estão preparados para agir em conformidade com os alertas, reduzindo o impacto dos desastres.

Conhecimento do risco envolve a recolha sistemática de dados e a avaliação do risco de desastres, de modo a compreender os perigos, as vulnerabilidades e a exposição das comunidades. Esta componente é essencial para identificar e priorizar os riscos, bem como para permitir a tomada de decisões informadas e a adoção de medidas eficazes de redução dos riscos.

Índice

Acrónimos.....	5
Conceitos-chave e definições	6
Índice	8
Introdução	10
Quadros políticos e institucionais.....	13
Quatro componentes + governação para o SAPMP	18
Componente 1: Conhecimento do risco de desastres	20
Componente 2: Detecção, observação, análise e previsão	28
Componente 3: Divulgação e comunicação.....	32
Componente 4: Preparação e resposta	37
Governação e coordenação.....	42
Referências.....	49
Anexo I.....	50
Anexo II.....	54
Anexo III.....	56



Introdução

Objetivo destas Diretrizes

Um Sistema de Alerta Precoce para Perigos Múltiplos (SAPMP) inclusivo é essencial para a resposta aos riscos de desastres, a adaptação às alterações climáticas e a minimização dos danos, nomeadamente para proteger as populações mais vulneráveis em Timor-Leste e os seus meios de subsistência.

As diretrizes para um SAPMP inclusivo visam garantir que os elementos-chave dos sistemas de alerta precoce (governança; conhecimento do risco de desastres; deteção, monitorização, análise e previsão; disseminação e comunicação; e preparação para dar resposta) em Timor-Leste são sensíveis ao género e inclusivos da deficiência. Esta diretriz complementa o Procedimento Operacional Padrão (POP) de alerta precoce para múltiplos perigos, de extremo a extremo, do Governo de Timor-Leste, desenvolvidos pela Autoridade Nacional Designada.

Este documento destina-se principalmente a auxiliar a Autoridade de Proteção Civil (APC), o Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) e a Direção Nacional de Meteorologia e Geofísica (DNMG) no cumprimento das suas obrigações legais de implementar sistemas de alerta precoce, bem como das prioridades do Governo de Timor-Leste em conformidade com o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil e o Plano Nacional de Ação para a Violência Baseada no Género 2022-2032.

O documento de orientação para um SAPMP inclusivo destina-se também a apoiar as principais partes interessadas a nível nacional e local, bem como os ministérios relevantes envolvidos na redução do risco de desastres (RRD) e na adaptação às alterações climáticas que fazem parte do ecossistema mais amplo do SAPMP no país. Deve ser utilizado regularmente na implementação de medidas de RRD e na resposta em todas as áreas geográficas de Timor-Leste.

É fundamental que as diretrizes sejam aplicadas e avaliadas quanto à sua eficácia na resposta às necessidades das mulheres, crianças, pessoas com deficiência, idosos e outros grupos minoritários.

Utilizadores

Por “utilizador” destas diretrizes para um SAPMP inclusivo deve entender-se as pessoas e as instituições responsáveis pela prestação de serviços no âmbito do SAPMP, que devem ser consideradas parte integrante dos processos de gestão e de RRD. Os principais utilizadores são a APC, a DNMG, o MAP e outros departamentos governamentais a nível nacional e local envolvidos na gestão do risco de desastres (GRD) e na adaptação às alterações climáticas. As organizações da sociedade civil, as universidades e os parceiros de desenvolvimento podem utilizar estas diretrizes nos seus próprios programas e projetos de apoio à melhoria geral do sistema de alerta precoce de Timor-Leste e à construção da resiliência da comunidade.

Governo nacional

Função: liderar as iniciativas de preparação, prevenção, mitigação, resposta a crises e recuperação.

Responsabilidades: garantir uma capacidade adequada de prevenção e resposta a crises, incluindo o apoio às populações vulneráveis. É responsável por coordenar, acompanhar os progressos, e identificar lacunas e oportunidades de reforço dos sistemas de prevenção, mitigação de desastres e alerta precoce, bem como por avaliar e melhorar as diretrizes.

Benefícios: As diretrizes fornecem um quadro abrangente para o desenvolvimento e a aplicação de políticas, estratégias, programas e planos inclusivos, de modo a garantir que os esforços nacionais estão alinhados com as melhores práticas e normas internacionais.

Governo local/municipalidade

Função: assegurar respostas seguras e inclusivas com recursos humanos e financeiros integrados.

Responsabilidades: coordenar, implementar e defender um SAPMP inclusivo, apoiando políticas e programas de prevenção, resposta e recuperação de desastres.

Benefícios: As diretrizes fornecem ferramentas e metodologias práticas para ajudar os governos locais a melhorar as suas capacidades de preparação e resposta a desastres, garantindo a proteção de todos os membros da comunidade, especialmente os mais vulneráveis.

Organizações da sociedade civil, instituições de investigação e universidades

Função: proporcionar supervisão e sensibilização, bem como apoiar ações a nível comunitário.

Responsabilidades: apoiar a implementação do SAPMP liderada pelo Governo e fornecer indicações sobre as principais tendências e recomendações baseadas em dados concretos aos responsáveis pelas decisões e aos intervenientes de nível técnico, de forma a permitir reforçar as respostas inclusivas do SAPMP junto das populações vulneráveis.

Benefícios: As diretrizes constituem um recurso valioso para a realização de atividades de investigação, sensibilização e capacitação, promovendo uma abordagem de GRD mais inclusiva e eficaz. Este documento pode também ser uma ferramenta útil para sensibilizar a comunidade para a necessidade de uma ação precoce a nível local em matéria de RRD por parte das organizações da sociedade civil e das redes dedicadas à redução de risco de desastres.

Parceiros de desenvolvimento

Função: apoiar os esforços da proteção civil.

Responsabilidades: apoiar a implementação do SAPMP liderada pelo Governo, assegurando que o apoio da proteção civil é sensível ao género e inclui a deficiência, e que é prestado em coordenação com a APC, a DNMG e o MAP.

Benefícios: As diretrizes facilitam a colaboração e a coordenação entre os parceiros de desenvolvimento, assegurando que os seus esforços estão alinhados com as prioridades nacionais e contribuem para uma sociedade mais resiliente e inclusiva.

Âmbito e linhas gerais das diretrizes

Como documento complementar ao POP para o SAPMP, esta diretriz foi concebida para ajudar os utilizadores a compreender o que se entende por SAPMP inclusivo e fornecer ferramentas e exemplos que visam reforçar a inclusão na cadeia de valor do SAPMP. As diretrizes incluem os seguintes aspetos-chave:

Quadros políticos e institucionais

A diretriz explica as atuais políticas, regulamentos e quadros institucionais em vigor para sistemas de alerta precoce inclusivos.

Quatro componentes de um SAPMP inclusivo

Esta secção ilustra como realizar a inclusão na prática, de acordo com os quatro elementos que compõem um SAPMP de extremo a extremo:

- Conhecimento dos riscos de desastres
- Detecção, monitorização, análise e previsão de perigos
- Disseminação e comunicação
- Preparação e resposta

Governança e coordenação: Fomentar parcerias e colaboração entre as várias partes interessadas, incluindo agências governamentais, organizações não-governamentais (NGO), a sociedade civil e parceiros internacionais para reforçar a inclusão social e de género, a fim de coordenar sistemas eficazes de alerta precoce centrados nas pessoas, como parte da RRD.

A diretriz assenta em várias políticas nacionais e documentos orientadores globais sobre sistemas de alerta precoce sensíveis ao género/inclusivos e GRD (ver *Referências*).

Quadros políticos e institucionais

O Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE) de Timor-Leste para 2011-2030 delinea estratégias de inclusão social com vista a apoiar as populações vulneráveis e assegurar o compromisso do Governo para com o objetivo da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, bem como para os respetivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de “não deixar ninguém para trás”. O PDE 2011-2030 inclui a criação de um quadro para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, dos idosos, das mulheres, das crianças e de outros grupos minoritários, bem como a prestação de serviços de apoio a famílias vulneráveis. Em consonância com o PDE, o Plano de Ação Nacional contra a Violência Baseada no Género 2022-2032 também orienta outras políticas, planos e operações das entidades governamentais, incluindo o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil 2024.

As três entidades nacionais que constituem a cadeia do SAPMP em Timor-Leste têm o mandato e as responsabilidades definidos nas leis e políticas nacionais do país. Estas entidades são:

- i) a APC sob a tutela do Ministério do Interior;
 - ii) a DNMG sob a tutela do Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC); e
 - iii) o Sistema de Informação Geográfica sobre Agricultura e Solos Utilizáveis (SIGAS) do MAP.
- O POP para o SAPMP descrevem os procedimentos e protocolos (passo a passo) que permitem às três entidades fornecerem serviços de alerta precoce de forma coordenada.

Ministério do Interior, Autoridade de Proteção Civil

O quadro jurídico da APC evoluiu entre o oitavo e o nono Governos Constitucionais, introduzindo mudanças no papel da APC em conformidade com o Decreto-Lei do Governo n.º 23/2024, de 10 de maio, que veio alterar o anterior Decreto-Lei n.º 11/2022, de 9 de março de 2022. O recentemente aprovado Decreto-Lei n.º 23/2024 criou uma estrutura segundo a qual o Presidente da APC é coadjuvado por um Diretor Executivo e um Comandante Nacional de Operações de Proteção Civil. O Presidente da APC é responsável pela gestão global, o Diretor Executivo gere o apoio administrativo e o Comandante Nacional supervisiona as operações de proteção civil.

Estas alterações introduzidas no quadro jurídico em 2024 garantem a prestação de serviços eficazes às populações vulneráveis na resposta e gestão do risco de desastres antes, durante e após os mesmos. Além disso, o cargo de Diretor Executivo assegura o bom funcionamento administrativo da APC.

Ministério dos Transportes e Comunicações, Direção Nacional de Meteorologia e Geofísica

O MTC é responsável pela conceção, implementação, coordenação e avaliação da política, que é definida e aprovada pelo Conselho de Ministros. O MTC é responsável por manter e desenvolver os sistemas nacionais de informação e vigilância meteorológica e sismológica, bem como pela construção e manutenção das respetivas infraestruturas.

De acordo com o artigo 17.º do decreto-lei do CTM, a DNMG tem por missão monitorizar e analisar as informações nacionais e internacionais sobre o risco de desastres, bem como as informações climáticas, meteorológicas e sismológicas. Entre as suas funções destacam-se o estabelecimento de um sistema de alerta para partilhar as previsões meteorológicas, a organização de um sistema nacional integrado de alerta precoce para notificar as populações antes e depois dos desastres, e a criação de uma base de dados nacional para apoiar uma rede automatizada de medidas preventivas e de recuperação nas comunidades antes, durante e após os riscos e desastres.

Ministério da Agricultura e Pescas, Sistema de Informação Geográfica sobre Agricultura e Solos Utilizáveis

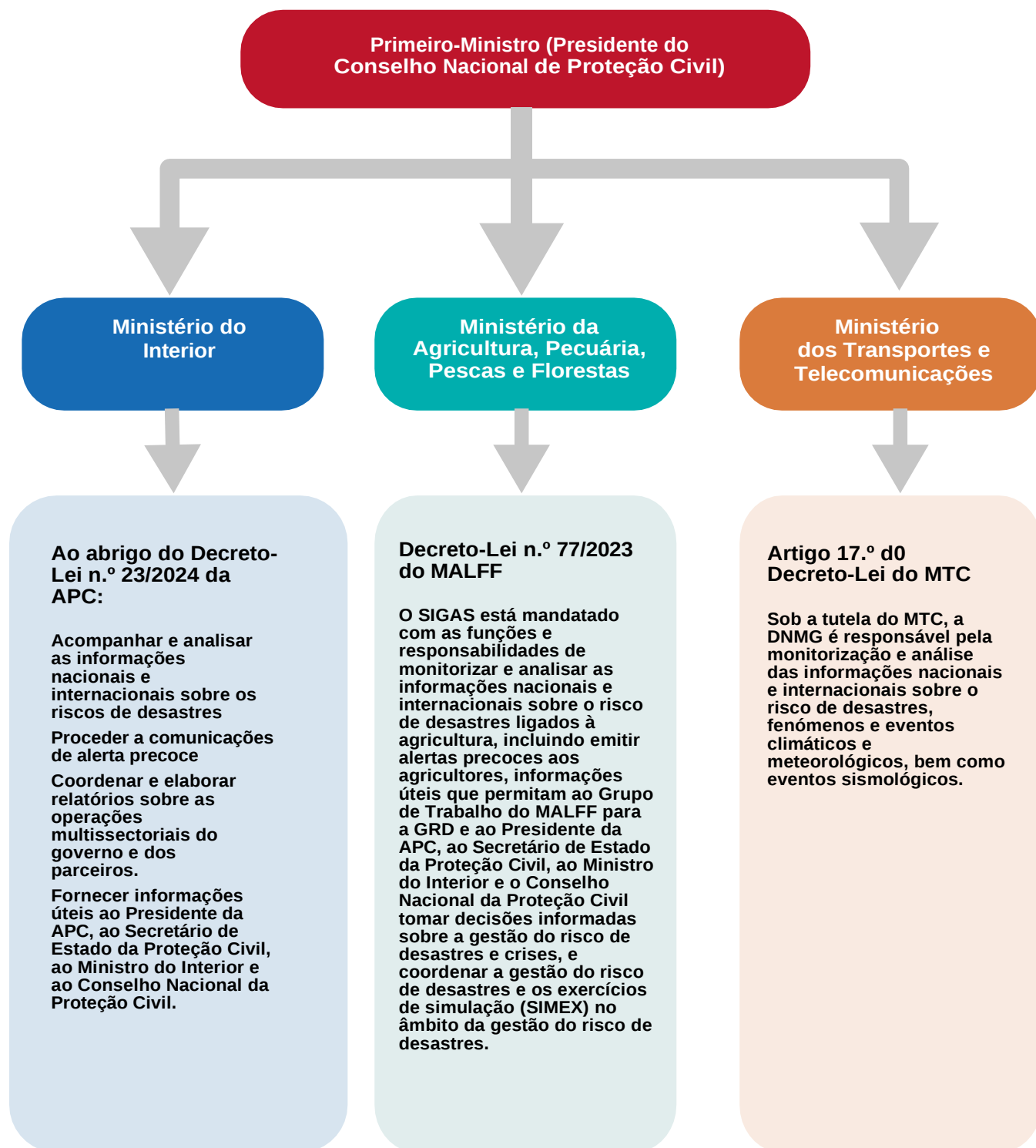
O MAP é responsável pela conceção, execução, coordenação e avaliação da política definida e aprovada pelo Conselho de Ministros para os setores da agricultura, florestas, pesca e pecuária.

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 77/2023, o SIGAS é responsável pela monitorização e análise das informações nacionais e internacionais sobre o risco de desastres ligados à agricultura. O SIGAS coordena simulações de GRD e exercícios com base nos ensinamentos recolhidos sobre riscos emergentes e prioritários, e desenvolve sistemas de informação sobre o atlas nacional de risco de desastres, bases de dados e outros sistemas de informação geográfica. Além disso, o SIGAS emite alertas precoces para os agricultores, incluindo informações para o Grupo de Trabalho do MAP para a GRD, o Presidente da APC, o Secretário de Estado da Proteção Civil, o Ministério do Interior e o Conselho Nacional da Proteção Civil, a fim de apoiar a tomada de decisões informadas na gestão de desastres e crises.

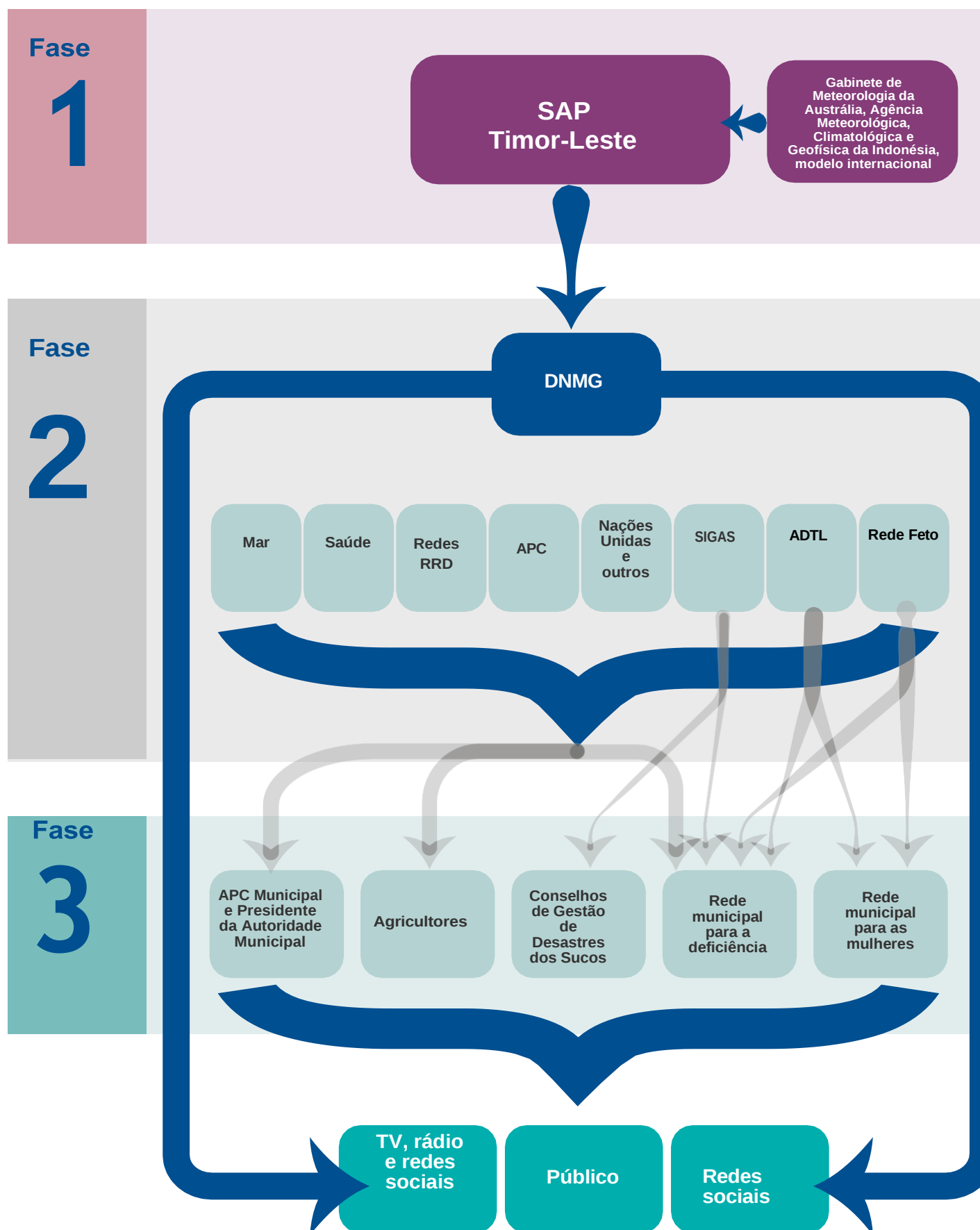
Com base nos decretos-lei de cada ministério da tutela, o diagrama na página seguinte ilustra a cadeia dos sistemas de alerta precoce com base nas funções e responsabilidades definidas para a APC, a DNMG e o SIGAS.

No que se refere às funções e responsabilidades definidas para a APC, a DNMG e o SIGAS, a cadeia inclusiva de disseminação de informações do sistema de alerta precoce é apresentada no referido diagrama.

Cadeia do sistema de alerta precoce (EWS) em Timor-Leste



Fonte: Decretos-lei dos Ministério do Interior, MAP e MTC.



Fonte: Disseminação de informações do sistema de alerta precoce da DNMG.



Quatro componentes + governação para o SAPMP

Um sistema de alerta precoce (SAP) é um sistema integrado de monitorização, previsão e predição de perigos, avaliação de risco, comunicação e preparação para desastres, que permite às pessoas, às comunidades, aos governos e às empresas tomar medidas atempadas para reduzir o possível impacto de eventos perigosos. Um SAP eficaz inclui quatro componentes chave e interligadas.

Conhecimento do risco de desastres: proceder a avaliações de risco e análises de perigo abrangentes para compreender as vulnerabilidades e exposições dos diferentes grupos populacionais. Isto implica a recolha e análise de dados desagregados por género, idade, deficiência e outros fatores relevantes.

Deteção, monitorização, análise e previsão de perigos: implementar tecnologias e sistemas avançados de monitorização para a deteção e previsão de perigos. Isto inclui garantir que as mensagens de alerta são precisas, oportunas e acessíveis a todos os membros da comunidade.

Disseminação e comunicação: desenvolver e utilizar diversos canais de comunicação para divulgar os alertas de forma eficaz. Isto inclui garantir que as mensagens são compreensíveis e úteis, e que chegam a todos os segmentos da população, incluindo os que se encontram em áreas remotas e marginalizadas.

Preparação e resposta: reforçar as capacidades de preparação e resposta das comunidades, dos governos e das organizações. Isto inclui a realização de exercícios e simulacros regulares, a disponibilização de programas de formação e de reforço das capacidades, bem como a garantia de que os recursos e o pessoal estão preparados para responder a situações de emergência.

Os SAP só são eficazes se as pessoas puderem agir em conformidade. Por conseguinte, é importante que o sistema seja desenvolvido tendo em conta os conhecimentos, as capacidades e as necessidades das comunidades em risco, incluindo mulheres, pessoas com deficiência, idosos e crianças.

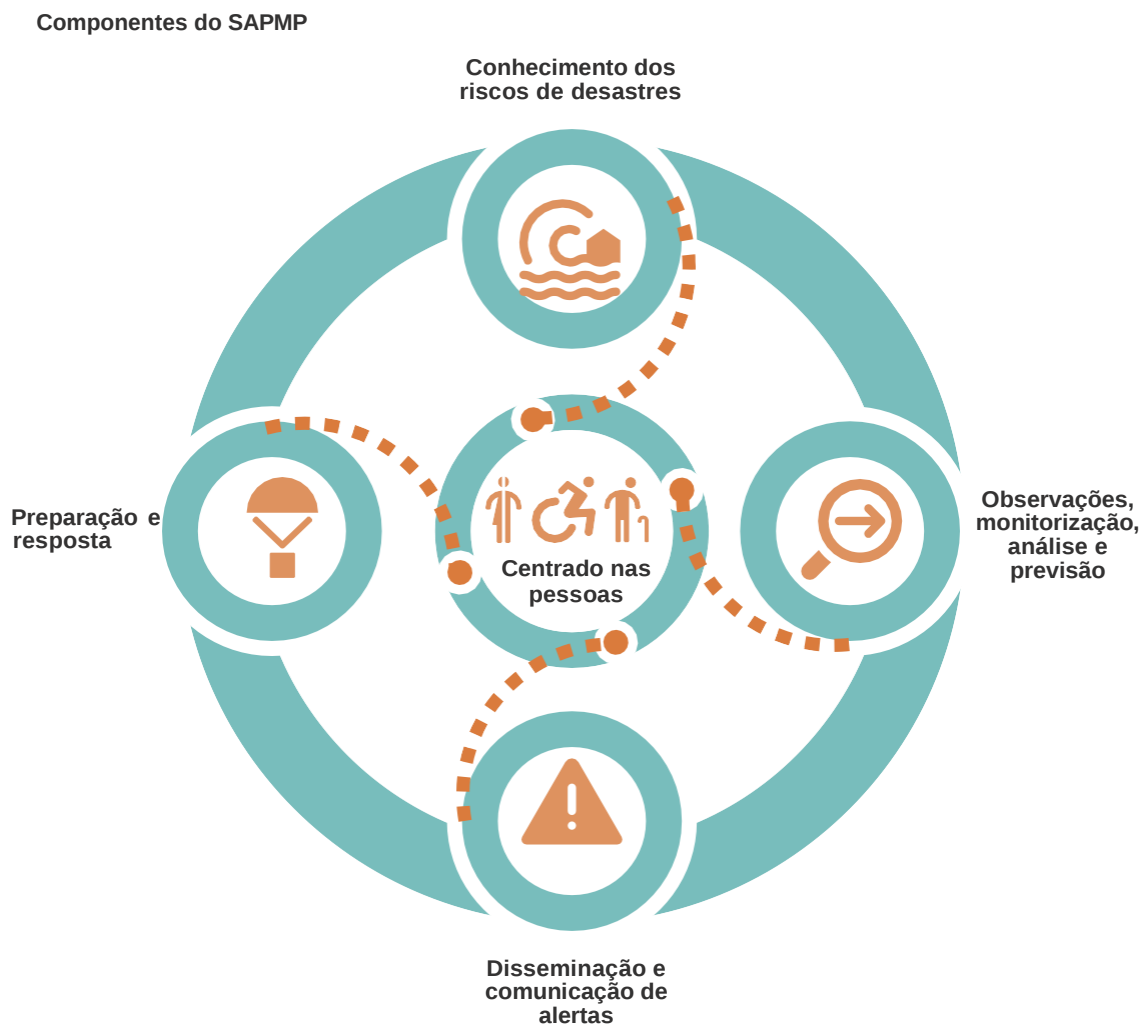
Governação e coordenação:

Para que os quatro componentes funcionem eficazmente, é essencial coordenar os diferentes riscos a vários níveis, tanto no seio dos sectores como entre estes e os intervenientes. O componente de governação estabelece as bases para um SAPMP coeso, coordenado e eficaz, capaz de se adaptar às circunstâncias em mudança e de melhorar continuamente ao longo do tempo. Esta abordagem estratégica garante que todos os quatro componentes acima descritos são construídos sobre uma base sólida e fiável.

Cada instituição governamental deve desempenhar um papel ativo em cada um dos quatro componentes. Esta abordagem holística só será eficaz se houver uma forte coordenação entre todas as instituições relevantes envolvidas nos quatro componentes do SAPMP. Por conseguinte, a introdução de estruturas de governação eficazes como um componente transversal para um SAP eficaz requer uma forte coordenação entre as instituições governamentais relevantes com responsabilidades claras na cadeia do sistema de alerta precoce em Timor-Leste.

Cada ministério responsável por cada componente deve assegurar que todas as ações tomadas no âmbito dos quatro componentes se centram nas pessoas. Devem também coordenar as suas funções de acordo com os pilares interligados do conhecimento dos riscos, das observações e previsões, bem como dos sistemas de comunicação. Esta abordagem holística permitirá ao Governo adotar uma abordagem abrangente da capacidade de preparação e resposta, contribuindo para a RRD e para melhorar as vidas e os meios de subsistência.

Finalmente, para além do papel ativo de cada instituição e dos pilares interligados, é crucial assegurar que a participação ativa dos utilizadores finais/ comunidades e o papel claro que estes têm a desempenhar em cada um dos quatro componentes. Só será possível uma implementação eficaz com o apoio do financiamento disponível em cada pilar, tanto a nível nacional como local, para garantir a integração da sustentabilidade a longo prazo na conceção do SAP que inclua a liderança local, reflita as necessidades e preferências locais e siga um modelo centrado nas pessoas.



Fonte: Organização Meteorológica Mundial (2022).

Componente 1: Conhecimento do risco de desastres

O conhecimento do risco de desastres depende da recolha sistemática de dados e da avaliação do risco de desastres de modo a compreender os perigos, as vulnerabilidades e a exposição das comunidades. Esta abordagem ajuda a identificar e priorizar os riscos, permitindo a tomada de decisões informadas e aplicação de medidas eficazes de redução dos riscos. Durante o processo de desenvolvimento do conhecimento sobre os riscos, incluindo a recolha, análise e avaliação de dados, deve perguntar-se se o género e a deficiência foram devidamente considerados.

Lista de controlo para um conhecimento do risco de desastres inclusivo



Selecione uma resposta para cada pergunta.

Ver a nota de orientação em anexo para colmatar as lacunas e continuar a melhorar.

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
Pergunta				
Pergunta				

Recolha e análise de dados

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
As pessoas de diferentes géneros participam na(s):				
1) conceção do inquérito?				
2) preparação para a recolha de dados?				
3) análise de dados?				
4) recomendações de escrita?				
5) aplicação das recomendações?				

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
As pessoas com deficiência participam na(s):				
1) conceção do inquérito?				
2) preparação para a recolha de dados?				
3) análise de dados?				
4) recomendações de escrita?				
5) aplicação das recomendações?				
É recolhido um feedback contínuo dos responsáveis pela recolha de dados e dos participantes sobre o grau de segurança que sentem em relação ao perigo? <i>Isto inclui as perceções de segurança antes, durante e após a ocorrência de um perigo específico.</i>				
Os dados estão todos protegidos, tanto online como offline?				

Antes da recolha de dados

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
As diversas definições de “género” são compreendidas e aceites nos contextos em análise?				
As diversas definições de “pessoas com deficiência” são compreendidas e aceites nos contextos em análise?				
Existem listas de controlo desenvolvidas e acordadas a nível local que identifiquem os géneros?				
Existem listas de controlo desenvolvidas e acordadas a nível local que identifiquem as pessoas com deficiência?				

Durante a recolha de dados

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
São tidas em conta as diferentes capacidades de comunicação das pessoas no que se refere à obtenção do consentimento e à recolha de dados (por exemplo, pessoas que não conseguem ler, escrever, ver, ouvir e/ou falar, bem como pessoas com incapacidade intelectual ou cognitiva)?				
Os participantes compreendem o motivo pelo qual são questionados sobre o seu género?				
Os participantes compreendem o motivo pelo qual são questionados sobre as suas deficiências?				
Os participantes deram o seu consentimento livre, prévio e informado para a recolha, o armazenamento e a análise de dados, tendo sido informados da opção “prefiro não responder”?				
A privacidade é garantida através do anonimato e da confidencialidade quando as pessoas fornecem dados pessoais?				
Existem procedimentos para avaliar os géneros que podem não constar nos dados?				
Existem procedimentos para avaliar as deficiências que podem não constar nos dados?				

Vulnerabilidades e exposições

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
As pessoas foram capazes de identificar as suas próprias vulnerabilidades e exposições aos perigos?				
Foram identificadas as vulnerabilidades e exposições a perigos que podem ser atribuídas ao género das pessoas?				
Foram identificadas as vulnerabilidades e exposições a perigos que podem ser atribuídas às deficiências das pessoas?				
As pessoas conseguiram expressar as suas necessidades não satisfeitas em razão do género e que criam ou aumentam as suas vulnerabilidades e exposições aos perigos?				
As pessoas foram capazes de expressar as suas necessidades não satisfeitas em razão da deficiência e que criam ou aumentam as suas vulnerabilidades e exposições aos perigos?				

Análise de dados

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
É certo que uma pessoa não pode ser identificada com base nos dados?				
A opção “prefiro não responder” está plenamente incluída na análise dos dados?				
São fornecidas recomendações para todos os géneros?				
São fornecidas recomendações para todos os tipos de deficiências?				

Identificação dos perigos

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
As pessoas conseguem identificar os perigos normais e comuns no seu local de residência?				
As pessoas conseguem identificar os perigos atípicos e pouco comuns no seu local de residência?				
Quando é emitido um alerta para um perigo específico, as pessoas compreendem qual é o perigo?				
Quando é emitido um alerta para um perigo específico, as pessoas compreendem os possíveis impactos?				

Capacidades e aptidões

Questão	Sim	Não	Parcialmente	N/D
As pessoas foram capazes de identificar as suas próprias capacidades e aptidões para compreender e utilizar as informações sobre o risco de desastres?				
As capacidades e aptidões das pessoas para aceder e compreender a informação sobre o risco de desastres foram avaliadas e identificadas?				
A forma como as deficiências podem afetar o acesso às informações sobre o risco de desastres foi tida em conta?				
A forma como o género pode ter impacto no acesso às informações sobre o risco de desastres foi tida em conta?				
As pessoas expressaram as suas necessidades em razão do género, no que se refere à obtenção de informações sobre o risco de desastres?				
As pessoas expressaram as suas necessidades em razão da deficiência, no que se refere à obtenção de informações sobre o risco de desastres?				

Identificação e avaliação dos riscos

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
As pessoas foram capazes de identificar e avaliar os seus próprios riscos, indicando de que forma o seu género faz ou não faz diferença?				
As pessoas foram capazes de identificar e avaliar os seus próprios riscos, indicando de que forma as suas deficiências fazem ou não fazem diferença?				
Os riscos das pessoas são identificados e avaliados para determinar o que pode ser atribuído ao seu género?				
Os riscos das pessoas são identificados e avaliados para determinar o que pode ser atribuído às suas deficiências?				

Ações para um conhecimento do risco de desastres inclusivo

Ação 1.1: Saber onde se encontram as populações vulneráveis nas zonas de alto risco

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Permitir um alerta rápido, eficaz e direcionado, bem como uma ação/resposta precoce durante os desastres, através da identificação e compreensão da localização e das necessidades das populações vulneráveis.	Realizar exercícios de cartografia para identificar as populações vulneráveis em zonas de alto risco. Isto inclui a recolha de dados sobre as populações vulneráveis e mulheres agricultoras, bem como a sua análise, de modo a criar mapas abrangentes que destaquem estas populações. Garantir que as bases de dados de perdas por desastres registam informações sobre os respetivos desastres (danos e perdas) e os impactos, desagregados por sexo, etnia, idade e deficiência, por unidade geográfica e por causa geradora de perigo.	APC, MAP, Cruz Vermelha de Timor-Leste, NGO nacionais e internacionais, autoridades locais, organizações de mulheres e de deficientes

Ação 1.2: Reforçar os conhecimentos e a sensibilização dos grupos de pessoas vulneráveis

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Melhorar a compreensão das necessidades específicas das pessoas com deficiência, das mulheres, das crianças e dos idosos no contexto das alterações ambientais e climáticas.	Envolver os Conselhos de Gestão de Desastres dos Sucos, o governo local e os representantes das populações vulneráveis no processo de identificação. Utilizar a estrutura da Comissão de GRD dos Sucos (CGRDS) para ajudar a APC e o MAP a sensibilizar a comunidade para as pessoas com deficiência, mulheres, crianças e idosos sobre os tipos de desastres, as ações-chave durante os alertas meteorológicos, a disseminação de informações do SAP e a recolha de dados, bem como para atuarem como pontos focais ou chefes de Suco. Organizar conversas estimulantes nas comunidades com os alunos das escolas, recorrendo a programas de rádio ou podcasts. A DNMG, o SIGAS e a APC podem lançar estes debates para chamar a atenção para as necessidades específicas dos grupos vulneráveis. Os debates devem ser transmitidos regularmente através de estações de rádio comunitárias, estações de rádio acessíveis e focadas na deficiência e da Rádio Televisão de Timor-Leste (TVTL), com interpretação em linguagem gestual.	Parceria com a DNMG, o SIGAS, a APC, estações de rádio comunitárias, estações de rádio acessíveis e centradas na deficiência e Rádio TVTL

Ação 1.3: Integrar os conhecimentos locais tradicionais, científicos e externos no conhecimento dos riscos

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Integrar os conhecimentos tradicionais, locais, científicos e externos para emitir alertas eficazes.	Promover e utilizar as tradições orais que se revelaram sistemas de alerta robustos e autossuficientes. Incentivar a utilização de canções, histórias, teatro e jogos infantis para integrar os conhecimentos científicos tradicionais e modernos, proporcionando capacidades educativas e de coprodução. Estabelecer relações e familiaridade com o pessoal das agências nacionais, em especial com os pontos focais de género e deficiência, em colaboração com os chefes locais e os líderes religiosos.	Chefes tradicionais de Suco, pontos focais de género e deficiência, agências nacionais, organizações/grupos/instituições de caridade locais, populações locais, meios de comunicação social (por exemplo, canais de rádio), grupos religiosos

Ação 1.4: Utilizar os conhecimentos sobre os riscos em função do género e da deficiência para aplicar medidas de apoio às necessidades específicas dos grupos vulneráveis

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Garantir que são tomadas as medidas necessárias que tenham em conta as necessidades específicas dos grupos de género e das pessoas com deficiência.	Utilizar os conhecimentos adquiridos em iniciativas anteriores para melhorar a capacidade das pessoas para receber, compreender e atuar em resposta aos alertas. Tal inclui medidas como a instalação de rampas para cadeiras de rodas, a emissão de alertas para pessoas surdas e a criação de abrigos separados para pessoas de género não binário nas rotas e centros de evacuação. Isto pode implicar o investimento em infraestruturas ou o apoio a reuniões/eventos de coordenação com a Comissão Nacional de Gestão do Risco de Desastres (CNGRD), a Comissão de Gestão do Risco de Desastres Municipais (CGRDM) e a CGRDS, e a realização de exercícios anuais. Ajudar os grupos de apoio e as comunidades a obter financiamento para estas medidas. Em caso de indisponibilidade de financiamento, rever os planos para garantir a inclusão de todos.	Pontos focais de género e deficiência, agências nacionais, governo (local, regional, nacional – CGRDS, CGRDM NDRMC), organizações/grupos/instituições de caridade locais, populações locais, grupos religiosos, líderes tradicionais de Suco

Ação 1.5: Estabelecer sistemas de alerta precoce comunitários (SAPC)

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Capacitar as pessoas e as comunidades para conceber, preparar, responder e emitir alertas que tenham em conta o conhecimento local e respondam às necessidades individuais.	Desenvolver e implementar SAPC em comunidades vulneráveis, criando sistemas locais de monitorização e alerta. Realizar sessões de formação e workshops regulares para educar os membros da comunidade sobre a utilização dos sistemas de alerta precoce e a forma de responder aos alertas. Criar canais de comunicação, como reuniões comunitárias, emissões de rádio locais e alertas móveis para divulgar informações sobre potenciais ameaças e ações necessárias.	APC para colaborar com as autoridades governamentais locais, os líderes comunitários e as organizações de gestão de desastres para estabelecer e manter os sistemas de alerta precoce. A APC deve estabelecer parcerias com ONG, instituições de ensino e meios de comunicação social para proporcionar formação e sensibilizar para a importância dos SAPC. A APC deve colaborar com os fornecedores de tecnologia para garantir a fiabilidade e atualização dos sistemas.

Componente 2: Detecção, observação, análise e previsão

A detecção, monitorização, análise e previsão dos perigos e das suas possíveis consequências podem ser direcionadas para uma população vulnerável específica. É importante que os alertas sejam gerados e concebidos tendo em conta as necessidades e a capacidade dos utilizadores finais (mulheres, idosos, crianças e pessoas com deficiência), de modo a permitir que compreendam os alertas e reajam em conformidade.

Lista de controlo para a detecção, observação, análise e previsão inclusivas

Detecção e monitorização de perigos e consequências.

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
As pessoas de diferentes géneros participam na detecção e monitorização dos perigos e das suas consequências?				
As pessoas com deficiência participam na detecção e monitorização dos perigos e das suas consequências?				
Os sistemas e técnicas de detecção e monitorização de perigos são adequados às diversas capacidades de comunicação das pessoas (por exemplo, pessoas que não conseguem ler ou escrever, ver, ouvir e/ou falar)?				
Estão disponíveis as mesmas informações sobre os perigos em vários formatos, modos, línguas e suportes e são, por conseguinte, acessíveis às pessoas com deficiência?				
Os conhecimentos e as capacidades locais/tradicionais de pessoas de diversos géneros são utilizados para detetar, monitorizar e informar as pessoas sobre os perigos, em combinação com tecnologia e sistemas externos?				
Os conhecimentos locais/tradicionais e as capacidades das pessoas com deficiência são utilizados para detetar, monitorizar e informar sobre os perigos, em combinação com tecnologia e sistemas externos?				
Os centros de alerta estão disponíveis em permanência (24/7)?				
Qualquer pessoa pode aceder diretamente a informações de detecção e monitorização de perigos em vários formatos?				
Os formatos das informações relativas à detecção e monitorização de perigos podem ser facilmente adaptados, quando solicitado, para que as pessoas com deficiência possam ter acesso a essas informações?				

Análise e previsão de riscos e consequências

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
São realizados testes, exercícios e simulacros regularmente para verificar se as pessoas de diferentes géneros recebem e reagem de forma adequada às informações sobre os perigos?				
São realizados testes, exercícios e simulacros regularmente para verificar se as pessoas com deficiência e as suas redes de apoio recebem e reagem de forma adequada às informações sobre os perigos?				
Os resultados das análises e previsões de riscos são disponibilizados de forma a contemplar todas as capacidades de comunicação das pessoas?				
O Protocolo Comum de Alerta é utilizado em combinação com os conhecimentos locais/tradicionais para fornecer e verificar a receção das mesmas informações de análise e previsão de perigos em vários formatos, modos, línguas e meios de comunicação?				
As pessoas podem aceder a informações sobre a análise e previsão de riscos em vários formatos e em linguagem simples?				
Os formatos das informações sobre a análise e previsão de riscos podem ser facilmente ajustados quando as pessoas o solicitam?				
Uma vez passado o perigo, são aplicadas todas as medidas anteriores de modo a permitir que as pessoas abandonem o estado de alerta?				

Ações para uma deteção, análise, observação e previsão inclusivas

Ação 2.1: Reforçar a capacidade da DNMG para operações/centros de alerta precoce inclusivos

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Fornecer uma cobertura de alerta permanente, que inclua o género e a deficiência	A DNMG deve funcionar em permanência e colaborar com organizações de pessoas com deficiência e organizações de mulheres, a fim de adaptar os canais de comunicação. Os centros de alerta devem emitir alertas que cheguem a todos e que sejam inclusivos do género e da deficiência. Por conseguinte, devem emitir alertas em: • vários formatos (mensagem de texto, rádio, televisão, redes sociais). • formatos acessíveis que cumpram as normas internacionais e os princípios de design universal, de modo a alcançar as pessoas com diferentes tipos de deficiência (legendas fechadas, legendas em direto, interpretações em língua gestual, descrições áudio de alertas de perigo, roteiros de evacuação, conteúdos de fácil compreensão). • diferentes tipos de comunicação (verbal, não verbal e escrita). • diferentes línguas e dialetos locais falados na região, incluindo a linguagem gestual, comunicados através de métodos áudio e multimédia para pessoas com necessidades especiais de género ou deficiência (por exemplo, equipamento de alerta especializado, como uma luz intermitente ou um alarme vibratório). • mensagens simples que sejam mais fáceis de compreender. Por exemplo, mensagens simples como “chuva intensa e vento forte, evite sair de casa” são mais claras.	DNMG, MAP, OPD, organizações de mulheres em Timor-Leste

Ação 2.2: Conceber alertas e mensagens agrometeorológicas inclusivas

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Tornar os alertas agrometeorológicos acessíveis a todos, especialmente nas áreas remotas.	Garantir que as mensagens de previsão meteorológica fornecem orientações aos agricultores, permitindo-lhes tomar decisões rápidas e informadas sobre como plantar culturas que se alinham com as condições meteorológicas previstas. Por exemplo, “previsão de um longo período de seca em 2024, não cultivar plantas que consumam muita água”.	DNMG, MAP/SIGAS, Grupo de Trabalho para a GRD, Comando Nacional de Operações da Autoridade de Proteção Civil (CNOPC), APC, Timor Telecom, Telemor, Telkomcel

Ação 2.3: Integrar os conhecimentos e observações tradicionais na monitorização e observação dos perigos

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Identificar eficazmente as ameaças de perigo em áreas remotas, recorrendo a um método tradicional conhecido.	Adotar o conhecimento tradicional de cada suco e adaptá-lo ao contexto local. Cada área tem uma forma diferente de identificar o risco de desastres. Por exemplo, em Ainaro, se as borboletas migrarem ou se deslocarem dos seus habitats, tal indica a presença de ventos fortes na zona.	CGRDS, líderes comunitários, populações locais

Ação 2.4: Desenvolver previsões e alertas baseados no impacto que integrem a vulnerabilidade de populações específicas

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Definir as ações e os alertas precoces com base nas populações vulneráveis que poderão ser mais afetadas. Facilitar a compreensão do impacto dos fenómenos meteorológicos nos ativos produtivos.	A DNMG e o MAP devem desenvolver modelos de previsão com base no impacto, de modo a permitir que as mulheres e os cuidadores tomem decisões e atuem atempadamente. Por exemplo, durante a seca, “prevê-se que a precipitação seja inferior à normal durante toda a estação das chuvas. Há uma probabilidade de 80% de quebra de colheitas nas zonas de alto risco. As famílias rurais devem comprar mais 40% de alimentos do que em anos anteriores”. Este facto beneficia as mulheres dos agregados familiares, uma vez que desempenham um papel primordial na agricultura e na garantia de alimentos para a família.	DNMG, MAP

Componente 3: Disseminação e comunicação

Ao divulgar e comunicar os alertas, deve perguntar-se se estes chegarão a todos os membros da comunidade, incluindo as mulheres, as pessoas com deficiência, os idosos e as crianças, e se poderão ser postas em prática.

Lista de controlo para uma disseminação e comunicação inclusivas

Disseminação de alertas

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
As funções e responsabilidades organizacionais são atribuídas para garantir que a disseminação do alerta é inclusiva do género?				
As funções e responsabilidades organizacionais são atribuídas de modo a garantir que a disseminação do alerta é inclusiva da deficiência?				
As estratégias de disseminação de alertas explicam como incluir pessoas de géneros diferentes?				
As estratégias de disseminação de alertas explicam como incluir as pessoas com deficiência?				
Existem interações e intercâmbios regulares entre os difusores de alertas e os representantes das organizações e grupos de mulheres e de género?				
Existem interações e intercâmbios regulares entre os difusores de alertas e os representantes das organizações e grupos das pessoas com deficiência?				
As organizações e os grupos locais de mulheres e de género participam na disseminação dos alertas?				
As organizações e grupos de pessoas com deficiência participam na disseminação dos alertas?				
Existem protocolos acordados com os órgãos de comunicação social sobre a disseminação de mensagens de alerta para alcançar diversos géneros?				
Estes protocolos foram testados e aplicados através de exercícios de simulação?				
Existem protocolos acordados com os órgãos de comunicação social sobre a disseminação de mensagens de alerta para alcançar as pessoas com deficiência?				
Estes protocolos foram testados e aplicados através de exercícios de simulação?				

Comunicação

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
As mensagens de alerta fornecem orientações claras sobre as ações que as pessoas de diferentes géneros devem tomar?				
As mensagens de alerta fornecem orientações claras sobre as ações que as pessoas com deficiência devem tomar?				
As mensagens de alerta fornecem orientações claras sobre as ações que as pessoas com responsabilidades na prestação de cuidados devem tomar (por exemplo, responsabilidades na prestação de cuidados a pessoas com deficiência, crianças, idosos, etc.)?				
As comunicações de pré-alerta de perigo indicam como é que as pessoas com responsabilidades na prestação de cuidados se devem preparar para os perigos?				
As comunicações de pré-alerta de perigo indicam como é que as pessoas de diversos géneros se devem preparar para perigos que ocorrem em diferentes períodos de tempo (de segundos a anos)?				
As comunicações de pré-alerta de perigo indicam como qualquer pessoa com deficiência se pode preparar para perigos que ocorrem em diferentes períodos de tempo (de segundos a anos)?				
A maior parte das pessoas com deficiência dispõe de todas as tecnologias de comunicação de que necessita para receber alertas (por exemplo, aparelhos auditivos e leitores automáticos de texto)?				
As tecnologias de comunicação para pessoas com deficiência estão todas acessíveis e operacionais?				
As tecnologias de comunicação para pessoas com deficiência são verificadas, mantidas e atualizadas regularmente?				
Os possíveis pontos de falha na comunicação de informações de alerta a pessoas de géneros diferentes são alvo de investigação, avaliação e correção regulares?				
Os possíveis pontos de falha na comunicação de informações de alerta a qualquer pessoa com deficiência são alvo de investigação, avaliação e correção regulares?				
Existem canais de comunicação que permitam às pessoas comunicar sinais de alerta?				
São utilizados canais de comunicação que permitam às pessoas comunicar sinais de alerta?				
Existem canais de comunicação que permitam às pessoas colocar questões específicas de género sobre sinais de alerta?				
Existem canais de comunicação totalmente acessíveis que permitam às pessoas colocar questões específicas sobre os sinais de alerta? (Estes canais devem estar totalmente disponíveis para que as pessoas com deficiência possam comunicar com outras pessoas, recorrendo a dispositivos de assistência, como software de conversão de texto em voz).				

Ações para uma disseminação e comunicação inclusivas

Ação 3.1: Estabelecer uma disseminação e comunicação de alertas sensível ao género e inclusiva da deficiência

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Garantir igual visibilidade e acessibilidade dos alertas para todos os grupos.	Simplificar a linguagem dos alertas de desastres, utilizando uma linguagem clara para as mulheres agricultoras (“previsão de longa seca em 2024, não cultivar plantas que consumam mais água”), braille, língua gestual e outros formatos acessíveis. Utilizar as organizações de pessoas com deficiência existentes como canal de disseminação. Garantir que os relatórios são inclusivos e apresentam dados desagregados por sexo (mulheres, homens, crianças, idosos e pessoas com deficiência). Disponibilizar a linguagem gestual durante as conferências de imprensa.	APC, DNMG, OPD, estações de rádio comunitárias
Garantir que os membros da comunidade estão cientes do SAP e que recebem alertas por intermédio dos seus pontos focais, como fontes alternativas seguras de alerta.	O DNMG coordenará com o APC e identificará pontos focais para a disseminação de informações ao nível dos sucos através de um processo participativo. Utilizar a estrutura da CGRDS para ajudar a APC e o MAP a sensibilizar a comunidade para os tipos de desastres, as ações-chave durante os alertas meteorológicos, a disseminação de informações do SAP, a recolha de dados, e a atuar como pontos focais ou Chefes de Suco. Organizar conversas comunitárias sobre alertas precoces com alunos das escolas, recorrendo a programas de rádio ou podcasts. O DNMG, o SIGAS e a APC podem lançar estas conversas, realçando as necessidades específicas dos grupos vulneráveis. Transmitir regularmente as conversas radiofónicas através de estações de rádio comunitárias, canais de rádio acessíveis e centrados na deficiência e rádio TVTL, com interpretação em linguagem gestual.	MAP, DNMG das mulheres, APC, Presidente do Município, CGRDS, grupos comunitários Parceria com a DNMG, o SIGAS, a APC, estações de rádio comunitárias, canais de rádio acessíveis e centrados na deficiência, e rádio TVTL

Ação 3.2: Utilizar as comunidades e redes existentes e os métodos tradicionais para comunicar os alertas de forma eficaz

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Garantir uma disseminação orientada para os grupos de mulheres e de pessoas com deficiência.	Identificar as mulheres que ocupam cargos de chefia em cada comunidade, a fim de servirem de veículo de transmissão das informações de alerta meteorológico. Promover um diálogo regular através de reuniões da CGRDS e da participação de mulheres e pessoas com deficiência. Criar grupos no WhatsApp para as redes de RRC existentes, envolvendo mulheres e pessoas com deficiências. Os contactos dos grupos de mulheres e das OPD encontram-se disponíveis nos Anexos I e II. Recorrer estações de rádio comunitárias, traduzir as mensagens para as línguas locais e utilizar locais públicos (como mercados, igrejas, escolas, hospitais e centros comunitários) para a disseminação. Recorrer a estações de rádio para pessoas com deficiência e listas de contactos de instituições competentes em matéria de deficiência.	Organizações de defesa e voluntariado, organizações da sociedade civil, grupos de mulheres, organizações para pessoas com deficiência, estações de rádio comunitárias, CGRDS, APC
Capacitar a população de áreas remotas para atuar quando recebem informações de alerta meteorológico.	Promover métodos tradicionais de comunicação de alertas, tais como bater com o bambu em áreas remotas. Cada agregado familiar deve assegurar que o bambu se encontra na entrada da sua casa, e que a comunidade é sensibilizada para a sua utilização, de modo a permitir a implementação efetiva destes métodos tradicionais.	

Ação 3.3: Melhorar a cobertura dos boletins agrometeorológicos nas áreas remotas

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Garantir que os alertas meteorológicos chegam às mulheres agricultoras.	Simplificar as mensagens de alerta investindo na inovação tecnológica e nos sistemas de alerta a nível dos sucos. Realizar o mapeamento e a recolha de dados sobre as mulheres agricultoras e criar grupos de WhatsApp para as mulheres agricultoras para disseminação de alertas meteorológicos. Introduzir uma abordagem transformativa de género participativa utilizando a metodologia do Sistema de Aprendizagem em Ação de Género para a disseminação de informações aos agregados familiares, recorrendo a desenhos, imagens e pinturas. Identificar os membros masculinos das comunidades como líderes para a sensibilização da comunidade. Investir nas tecnologias da informação e da comunicação para reforçar a capacidade de resiliência das mulheres agricultoras, desenvolvendo e reproduzindo plataformas móveis como a iniciativa “Buy from Women” (Comprar a mulheres).	MAP, organizações de grupos de mulheres MAP, fornecedores de tecnologia, grupos de mulheres

Ação 3.4: Atualizar os alertas meteorológicos com uma linguagem clara e simples

Objetivo	Como implementar	Parceria
Tornar os alertas meteorológicos mais claros e fáceis de compreender por todos, especialmente nas áreas remotas.	Simplificar as mensagens de alerta para as tornar mais claras e fáceis de compreender. Por exemplo: “Chuva intensa e vento forte, evite sair de casa.” Atualizações regulares pela DNMG, o MAP/SIGAS, o Grupo de Trabalho para a DRM e o CNOPC. Ampliar a cobertura aos utilizadores da Telemor e da Telkomcel.	DNMG, MAP/SIGAS, Grupo de Trabalho para a GRD, CNOPC, APC, Telecom, Telemor, Telkomcel de Timor

Componente 4: Preparação e resposta

As mulheres, os idosos, as crianças e as pessoas com deficiência devem participar ativamente no processo de preparação e resposta. Por conseguinte, estas populações vulneráveis devem ser incluídas no planeamento e na conceção das operações de preparação e resposta.

Lista de controlo para a inclusão na preparação e resposta

Preparação

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
A sua organização tem uma pessoa responsável pela questão de género na sua equipa?				
A sua organização tem uma pessoa responsável pela questão da deficiência na sua equipa?				
Os planos, procedimentos e diretrizes para a preparação e prontidão são elaborados com a participação de pessoas de diferentes géneros?				
Os planos, procedimentos e diretrizes para a preparação e prontidão são elaborados com a participação de pessoas com deficiência?				
Os planos, procedimentos e diretrizes para a preparação e prontidão recomendam ações para pessoas de géneros específicos?				
Os planos, procedimentos e diretrizes para a preparação e prontidão recomendam ações para pessoas com deficiências específicas?				
Os grupos e as organizações locais representativo das mulheres e das pessoas de diferentes géneros participam em campanhas de sensibilização e educação do público?				
Os grupos e as organizações locais representativos de pessoas com deficiência participam em campanhas de sensibilização e educação do público?				
Os procedimentos e roteiros de evacuação são testados, aceites e praticados por pessoas de diferentes géneros?				
Os procedimentos e roteiros de evacuação são testados, aceites e praticados por todas as pessoas com deficiência e por aqueles que têm responsabilidades na prestação de cuidados?				
Os procedimentos de acolhimento em casa e fora de casa são testados, aceites e praticados pelas pessoas de diferentes géneros?				
Os procedimentos de acolhimento em casa e fora de casa são testados, aceites e praticados pelas pessoas com deficiência?				

As pessoas de diferentes géneros têm acesso a produtos de higiene e outros produtos essenciais para as suas necessidades específicas, bem como para a sua segurança e proteção durante pelo menos duas semanas sem apoio externo?				
Todas as pessoas com deficiência têm disponíveis os produtos de higiene outras tecnologias e produtos essenciais para as suas necessidades específicas, de modo a garantir a sua segurança e proteção durante pelo menos duas semanas sem apoio externo (por exemplo, cateteres de utilização única, toalhetes desinfetantes, pilhas e carregadores portáteis)?				

Resposta

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
As informações de alerta são emitidas em formatos, modos, línguas e meios de comunicação que permitem alcançar todas as pessoas com deficiência?	Sim?			
As recomendações de alerta abordam as necessidades das pessoas de todos os géneros?	Sim?			
As recomendações de alerta abordam as necessidades de todas as pessoas com deficiência?	Sim?			
As respostas são monitorizadas para verificar se as pessoas de diferentes géneros estão plenamente incluídas nas ações?	Sim?			
As respostas são monitorizadas para verificar se todas as pessoas com deficiência estão plenamente incluídas nas ações?	Sim?			
Existem planos de emergência para apoiar as pessoas que são excluídas ou discriminadas com base no seu género?	Não?			
Existem planos de emergência para apoiar as pessoas que são excluídas ou discriminadas com base numa deficiência? Sim?	Não?			
As análises pós-ação e as aprendizagens recolhidas revelam sucessos e áreas de melhoria para os alertas inclusivos do género?	Sim?			
As análises pós-ação e as aprendizagens recolhidas revelam sucessos e áreas de melhoria para os alertas inclusivos da deficiência?	Sim?			
As pessoas dos diferentes géneros participam nas avaliações e nos exercícios pós-ação?	Sim?			
As pessoas com diferentes deficiências participam nas análises e nos exercícios pós-ação?				



Ações para a inclusão na preparação e resposta

Ação 4.1: Garantir uma representação significativa dos grupos vulneráveis no mecanismo local de RDM

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Garantir que as questões relativas à IGIS são tidas em conta nos planos de GRD, incluindo nos planos de preparação e de emergência.	Realizar e dirigir reuniões regulares da CGRDM com base na legislação pertinente, e garantir a representação das OPD e dos grupos de mulheres. Garantir que a IGIS é um ponto obrigatório da ordem de trabalhos das reuniões da CGRDM.	Presidentes de municípios, APC

Ação 4.2: Tornar os serviços de preparação e resposta a desastres sensíveis às questões de género e deficiência

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Garantir que as necessidades das populações vulneráveis são integradas nas ações de antecipação e nas ações precoces.	Garantir que as diretrizes para a ação de antecipação são sensíveis às questões de género e à deficiência, identificando e integrando as necessidades específicas das populações vulneráveis. Efetuar uma avaliação rápida e um levantamento das populações afetadas para compreender as suas necessidades especiais.	Cruz Vermelha de Timor-Leste, agências governamentais, organizações que representam as populações vulneráveis
Aprofundar a compreensão da crise e melhorar os atuais planos de resposta humanitária.	Incluir grupos locais de mulheres e organizações representativas de pessoas com deficiência no processo de avaliação.	Grupos locais de mulheres e organizações representativas de pessoas com deficiência.

Ação 4.2: Tornar os serviços de preparação e resposta a desastres sensíveis às questões de gênero e deficiência

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Garantir que as instalações respondem às necessidades de privacidade, confidencialidade e acessibilidade das mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência.	Conceber instalações para proteger a privacidade das vítimas de violência de gênero em situações de emergência e tratar todas as informações como altamente confidenciais. (Utilizar o POP existente e o POP para a violência de gênero em situações de emergência da Organização Internacional para as Migrações e do Fundo das Nações Unidas para a População). Garantir que as instalações sanitárias separadas têm fechaduras e rampas de acesso. As instalações de evacuação devem ter espaços comuns e de iluminação pública.	Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão (MSSI), Ministério da Saúde (MdS) APC, autoridades locais, OPD
Tornar os pacotes de ajuda mais apelativos e inclusivos para as populações vulneráveis.	Fornecer um pacote inclusivo para as populações vulneráveis e melhorar os pacotes existentes com base nas necessidades das mulheres, dos idosos e das pessoas com deficiência (ver Anexo III).	APC, departamento para a IGIS
Apoiar os idosos, as mulheres e as crianças beneficiários de subsídios sociais durante os desastres.	Garantir que as vítimas de desastres continuam a receber subsídios sociais, mesmo que os seus documentos legais tenham sido destruídos ou se encontrem perdidos. Coordenar com o Ministério da Administração Estatal e o Ministério da Justiça para acelerar a substituição de documentos perdidos.	MSSI, Ministério da Justiça, Ministério da Administração Estatal
Garantir a continuidade dos serviços essenciais.	Prestação de subsídios sociais, serviços de saúde e assistência agrícola.	MSSI, Ministério da Saúde, MAP
Garantir a disponibilidade de artigos essenciais e de informações nos centros de evacuação.	Distribuir medicamentos e kits de emergência às vítimas, utilizando as normas Sphere (ver https://www.spherestandards.org/) para as ações humanitárias.	MdS

Ação 4.3: Melhorar e reforçar a compreensão de alertas e ações inclusivos

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Apoiar grupos e pessoas com necessidades específicas de género ou deficiência, para que compreendam as ações que podem tomar	Integração no currículo escolar. Realizar regularmente campanhas de sensibilização e educação do público para melhorar os conhecimentos locais sobre os perigos e os alertas. Desenvolver atividades mais estimulantes que permitam compreender melhor como os diferentes utilizadores interpretam o alerta e que ações pretendem efetuar (não necessariamente as que lhes é dito para realizarem). Isto proporcionará uma oportunidade de aprendizagem que permitirá melhorar os sistemas de alerta. Compreender como as pessoas processam os alertas e como atuam, pois isso ajudará a desenvolver alertas, uma preparação e uma resposta mais eficazes.	Ministério da Educação, organizações e grupos locais

Ação 4.4: Garantir uma coordenação eficaz e eficiente durante a fase de recuperação após fenómenos meteorológicos extremos

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Apoiar as vítimas nas áreas afetadas, para garantir uma Coordenação harmoniosa e respostas conjuntas.	A APC deve assumir uma liderança ativa para garantir a presença dos ministérios competentes nas áreas afetadas ou nos centros de evacuação. Garantir que a assistência na fase de recuperação inclui as necessidades das populações vulneráveis. Por exemplo, faltam documentos de registo comercial das mulheres com pequenas e médias empresas, kits escolares para as crianças e serviços básicos para satisfazer as necessidades dos idosos e das pessoas com deficiência, os quais devem ser disponibilizados. Coordenar com os ministérios competentes a execução de programas de socorro ou de subsídios às vítimas afetadas por desastres.	APC, Ministério do Turismo, do Comércio e da Indústria, MAP, Secretaria de Estado para a Igualdade de Género (SEIG), Rede Feto (rede de mulheres de Timor-Leste), ministérios competentes

Governança e coordenação

A componente de governação é crucial num SAPMP, na medida em que vem complementar outras componentes como o conhecimento do risco, os serviços de monitorização e alerta, a disseminação e comunicação, bem como a preparação e resposta. Existem alguns aspetos a considerar, nomeadamente a integração da inclusão na arquitetura institucional, a capacitação dos recursos humanos e a atribuição de recursos financeiros para possibilitar estas ações.

Lista de controlo para a governação e coordenação de um SAPMP inclusivo

Alerta como prioridade nacional e local a longo prazo

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
Foi estabelecido um quadro para a análise dos custos e benefícios dos serviços de alerta?				
São recolhidos e analisados dados sobre os benefícios económicos dos alertas inclusivos do género (por exemplo, é feita uma análise do custo-benefício de alertas anteriores durante eventos de perigo ou desastres, ou da recuperação financeira após um evento)?				
São recolhidos e analisados dados sobre os benefícios económicos dos alertas inclusivos da deficiência (como a análise do custo-benefício de alertas anteriores durante eventos de perigo ou desastres, ou da recuperação financeira após um evento)?				
Os benefícios económicos dos alertas inclusivos do género são amplificados junto do governo e dos líderes políticos?				
Os benefícios económicos dos alertas inclusivos da deficiência são amplificados junto do governo e dos líderes políticos?				
São partilhados com o governo e os líderes políticos exemplos e estudos de casos de alertas os de género bem-sucedidos?				
São partilhados com o governo e os líderes políticos exemplos e estudos de casos de alertas inclusivos da deficiência bem-sucedidos?				
O planeamento do desenvolvimento local prevê sistemas de alerta inclusivos do género?				
O planeamento do desenvolvimento local prevê sistemas de alerta inclusivos da deficiência?				
O planeamento do desenvolvimento nacional prevê sistemas de alerta inclusivos do género?				
O planeamento do desenvolvimento nacional prevê sistemas de alerta inclusivos da deficiência?				
Existe um orçamento anual contínuo para apoiar a manutenção de alertas inclusivos do género (por exemplo, recursos humanos, equipamento e equipamento de monitorização)?				

Existe um orçamento anual contínuo para apoiar a manutenção de alertas inclusivos da deficiência (por exemplo, recursos humanos, equipamento, equipamento de monitorização)?				
Existem modelos de alertas inclusivos do género ou “chefes” que defendam os benefícios dos alertas?				
Existem modelos de alertas inclusivos da deficiência ou “chefes” que defendam os benefícios dos alertas?				

Quadros jurídicos e políticos de apoio aos alertas

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
Existe uma base jurídica para a implementação, manutenção e atualização de alertas inclusivos do género?				
Existe uma base jurídica para a implementação, manutenção e atualização alertas inclusivos da deficiência?				
Existem responsabilidades definidas para apoiar a inclusão e os interesses de pessoas de géneros diferentes em todas as organizações envolvidas no alerta?				
Existem responsabilidades definidas para apoiar a inclusão e os interesses das pessoas com deficiência em todas as organizações envolvidas no alerta?				
As responsabilidades definidas em matéria de género incluem organizações governamentais e não governamentais?				
As responsabilidades definidas em matéria de deficiência incluem organizações governamentais e não governamentais?				
Existem quadros de controlo e de aplicação para apoiar as políticas e a legislação sobre alertas inclusivos do género?				
Existem quadros de controlo e de aplicação para apoiar as políticas e a legislação sobre alertas inclusivos da deficiência?				

Avaliação e reforço das capacidades institucionais

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
Foram avaliadas as capacidades de todas as organizações e instituições envolvidas no apoio a alertas inclusivos do género?				
Foram avaliadas as capacidades de todas as organizações e instituições envolvidas no apoio a alertas inclusivos da deficiência?				
Existem programas de formação sobre alertas inclusivos do género?				
Existem programas de formação sobre alertas inclusivos da deficiência?				
As ONG e o sector privado estão envolvidos e são incentivados a contribuir para alertas inclusivos do género?				
As ONG e o sector privado estão envolvidos e são incentivados a contribuir para alertas inclusivos da deficiência?				

Recursos financeiros assegurados

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	N/D
Foram desenvolvidos e estão institucionalizados mecanismos de financiamento governamental para alertas inclusivos do gênero?				
Foram desenvolvidos e estão institucionalizados mecanismos de financiamento governamental para alertas inclusivos da deficiência?				
Foi explorado financiamento a nível internacional ou regional para apoiar alertas inclusivos do gênero?				
Foi explorado o financiamento a nível internacional ou regional para apoiar alertas inclusivos da deficiência?				
As parcerias público-privadas contribuem para os alertas inclusivos do gênero?				
As parcerias público-privadas contribuem para os alertas inclusivos da deficiência?				

Ações para uma governação e coordenação de um SAPMP inclusivo

Ação 1: Estabelecer e reforçar os mecanismos institucionais para um SAPMP inclusivo

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Dispor de uma DNMG eficiente e eficaz que funcione em permanência (24/7).	Aprovar o decreto-lei do MTC relativo à transformação da DNMG em instituto autónomo.	Conselho de Ministros, MTC, DNMG

Ação 1: Estabelecer e reforçar os mecanismos institucionais para um SAPMP inclusivo

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Garantir uma abordagem global e inclusiva da GRD e da sua implementação.	Aprovação, pelo Conselho de Ministros, do Plano Nacional de Redução dos Riscos de Desastres (PNRRD), o qual deverá incluir o quadro do Plano de Integração Social e de Género (PIGIS). Incluir a SEIG nos Conselhos Nacionais de Proteção Civil e no NDRMC, bem como realizar reuniões regulares da rede do NDRMC. Atribuir um orçamento anual para a execução do PIGIS no âmbito dos trabalhos previstos no PNRRD. Recrutar um perito em IGIS para assegurar a integração do PIGIS no plano de execução do PNRRD. Recrutar um perito em acompanhamento e avaliação para trabalhar em estreita colaboração com o perito em IGIS e assegurar a integração do PIGIS na implementação do PNRRD, bem como acompanhar a sua execução e elaborar relatórios sobre os resultados	Ministério do Interior, APC, SEIG, Proteção Civil, Conselhos Nacionais e NDRMC
Dar resposta às necessidades locais e promover a inclusão social.	Planeamento inclusivo com as partes interessadas locais para integrar o PIGIS no Plano Municipal de Redução do Risco de Desastres. Atribuir um orçamento específico e coordenar a execução do PIGIS com a APC. Garantir a atribuição de um orçamento anual para a manutenção do equipamento do SAP ao nível dos sucos.	Comités de gestão de desastres, líderes comunitários, organizações locais, APC

Ação 1: Estabelecer e reforçar os mecanismos institucionais para um SAPMP inclusivo

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Promover políticas e apoios inclusivos.	Atribuir um orçamento, preparar os termos de referência e anunciar as vagas, bem como proceder ao recrutamento do pessoal (com paridade de género) e do consultor em matéria de IGIS. Criar um departamento dentro da APC para assegurar a integração do PIGIS é integrado na implementação do PNRRD e do Plano Municipal de Redução do Risco de Desastres. Integrar os aspetos da inclusão social no reforço das capacidades em matéria de RRD e nas ferramentas de formação associadas. Traduzir os materiais de formação para as línguas locais e disponibilizá-los aos pontos focais da APC e aos chefes de suco.	APC, peritos em IGIS APC (nacional e subnacionais), DNMG, MAP/ SIGAS, NGO e redes de GRD APC, chefes de Suco
Garantir que é dada resposta às necessidades das populações vulneráveis.	Inclusão das mulheres e das pessoas com deficiência nos comités.	CGRDS, CGRDM, organizações locais
Garantir a atribuição de financiamento inclusivo e antecipado através do orçamento de Estado anual.	Um Diretor Executivo da APC. Dispor de mecanismos de mobilização de recursos financeiros e outros para o desenvolvimento e a implementação de sistemas de alerta precoce, nomeadamente através de parcerias público-privadas, e assegurar a afetação de um orçamento específico para a IGIS e atividades de ação de antecipação no orçamento anual do Estado (bons exemplos de marcadores de género, de crianças e de deficiência no orçamento anual do Estado).	Ministério do Interior, Ministério das Finanças APC

Ação 2: Reforçar a coordenação entre a DNMG, a APC e o SIGAS e garantir a sustentabilidade a longo prazo

Objetivo	Como implementar	Parcerias
Garantir uma coordenação centralizada e eficaz do SAP.	Verificar regularmente as funções devido a potenciais alterações nos decretos-lei do Governo e dos Ministérios, através de uma coordenação de alto nível liderada pelo primeiro-ministro.	CNPA, APC
Tornar os alertas meteorológicos mais claros e fáceis de compreender por todos, especialmente nas áreas remotas.	Promover programas conjuntos de alerta precoce, de disseminação de alertas e de sensibilização. Coordenar com o Grupo de Trabalho do MAP para a RDM e estender as atividades conjuntas para além dos 30 Sucos, utilizando a metodologia do Sistema de Aprendizagem para a Ação de Género de abordagem transformadora de género no planeamento e na tomada de decisões dos agregados familiares.	DNMG, APC, SIGAS, Grupo de Trabalho do MAP para a RDM
Garantir uma coordenação harmoniosa das funções e responsabilidades da APC, da DNMG e do MAP.	Os três ministérios da tutela devem assinar um Memorando de Entendimento conjunto para garantir a aplicação efetiva do SAP. A DNMG deve liderar e coordenar com todos os parceiros de desenvolvimento e NGO, a fim de incentivar a coordenação de um sistema de base de dados integrado que permita à DNMG, à APC e ao MAP planear e conhecer antecipadamente os riscos.	APC, MAP, DNMG, MAE
Garantir a atribuição de prioridades e recursos a longo prazo e criar instituições sólidas.	Garantir a sustentabilidade e a manutenção dos sistemas de alerta precoce através de investimentos contínuos, financiamento e esforços de reforço das capacidades. Isto inclui assegurar o apoio orçamental anual e explorar as oportunidades de financiamento por parte dos doadores.	DNMG, APC, SIGAS, parcerias público-privadas



Referências

- Comité Permanente InterAgências (2015). *Integrating Gender-Based Violence Interventions in Humanitarian Actions: Reducing Risk, Promoting Resilience and Aiding Recovery*. Genebra.
- Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (2012). *Community Early Warning Systems: Guiding Principles*. Genebra.
- Organização Internacional para as Migrações (2023). *Standard Operating Procedures for Gender-Based Violence in Emergencies*. Genebra.
- Timor-Leste, Decreto-Lei n.º 23/2024, 10 de maio de 2024.
- Timor-Leste, Ministério da Agricultura (2022). *Estratégia de Gestão o Risco de Desastres para a Agricultura em Timor-Leste*. Díli.
- Timor-Leste, Secretaria de Estado da Igualdade e Inclusão (2022). *Plano de Ação Nacional sobre Violência Baseada no Género 2022-2032*. Díli.
- UNICEF (2024). *Gender-Based Violence in Emergencies: Operational Guide*. Nova Iorque.
- Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (2023). *Compendium of Multi-Hazard Early Warning Cooperation*. Banguetcoque.
- Nações Unidas no Nepal (sem data). *Gender equality and social inclusion: UN Peace Fund for Nepal strategies and lessons learned*. Disponível em https://un.org.np/sites/default/files/doc_publication/2020-09/Gender%20Equality%20and%20Social%20Inclusion_1.pdf. Acedido em 3 de dezembro de 2024.
- Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (2022). *Inclusive and Accessible Multi-Hazard Early-Warning Systems: Learning from Women-led Early-Warning Systems in the Pacifico*. Genebra.
- Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (2023). *A human-centred understanding of disaster risk*, 12 de junho.
- Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (2023). *Definition: early warning system*. Disponível em <https://www.undrr.org/terminology/early-warning-system>. Acedido em 3 de dezembro de 2024.
- Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (2023). *Special Report: Measuring Resilience for the Sustainable Development Goals*. Genebra.
- Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (2023). *Gender-Responsive and Disability-Inclusive Early Warning and Early Action in the Pacific Region: Findings and Recommendations for Future Action*. Genebra.
- Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (2023). *Inclusive Early Warning Early Action: Checklist and Implementation Guide*. Genebra.
- Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (2023). *Words into Action: A Guide to Multi-Hazard Early Warning Systems*. Genebra.
- Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres e Organização Meteorológica Mundial (2023). *Global Status of Multi-Hazard Early Warning Systems*. Genebra.
- Organização Meteorológica Mundial (2022). *The UN Global Early Warning Initiative for the Implementation of Climate Adaptation*. Genebra.

Anexo I:



Contactos da Associação de Deficientes de Timor-Leste e das organizações que prestam serviços e apoio a pessoas com deficiência em Timor-Leste

N.º	Organização	Principais atividades	Endereço	Dados de contacto
	Associação de Deficientes de Timor-Leste	Proteção, educação, formação e capacitação dos membros	Mascarenhas, Dili	Cesário da Silva Tel: 670 7755-7355 Correio eletrónico: cesarioadtl@gmail.com
Organizações de pessoas com deficiência				
1	Ahisaun	Educação, proteção e artesanato	Comoro, Dili	Domingos Talo dos Santos (Diretor) Tel: +670 7742-7544/3310517 Correio eletrónico: ahisaun.tl_disability@yahoo.com
2	East Timor Blind Union	Educação especial e proteção para pessoas com deficiências visuais	Becora, Díli	Alex Pereira (Diretor Executivo) Tel: 7794-7265 Correio eletrónico: -
3	Asosiasaun Halibur Defisiensia Matan Timor-Leste	Educação especial e proteção para pessoas com deficiências visuais	Manleu, Dili	Gabriel Sousa (Diretor Executivo) Tel: 7844-1946 Correio eletrónico: defisiensiamatan@gmail.com
4	Ra'es Hadomi Timor Oan	Educação, proteção e promoção da igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência e suas famílias	Lahane Leste, Díli	Joãozinho dos Santos (Diretor Executivo) Tel: +670 3310456; Mob: +670 7732-9907, Correio eletrónico: joaozitorhtodpo2006@gmail.com
5	Halibur Defisiensia Oecusse	Educação, proteção e promoção de oportunidades económicas	Oecusse	Pascoela (Gerente) Tel: 7529-6850 Correio eletrónico: -
6	Klibur Defisiensia Tilun Timor-Leste	Proteção e serviços especiais para pessoas com deficiências auditivas	Bairo Pite, Díli	Crecencia Madeira de Deus (Diretora) Tel: 75401931/7750-5842 Correio eletrónico: defisiensiatiluntimorleste@gmail.com

Não.	Organização	Principais atividades	Endereço	Dados de contacto
7	Asosiasaun Halibur Defisiénsia Rajiaun Oeste Maliana	Reforço de capacidades, educação especial e proteção	Tunubibi-Maliana	Sebastiano Goveia Leite (Diretor) Tel: 7782-0909 Correio eletrónico: -
8	Centro Dezenvolvimentu Inkluzivu Timor-Leste	Reforço das capacidades, educação especial e proteção	Becusse, Dili	Martinho A. O. Gusmão (Diretor) Tel: 7724-7866 Correio eletrónico:
9	Associação Clibur Capacitação da Deficientes de Timor-Leste	Reforço das capacidades, educação especial e sensibilização a nível municipal	Vila Nova, Baucau	Tomas Aparacio (Fundador e Presidente) Tel: 7727-1927 Correio eletrónico: aparacio@gmail.com
10	Klibur Dezenvolvimentu Sustentável Timor Oan	Reforço das capacidades, educação especial e proteção	Santa Rosa, Suai	Alfredo dos Santos (Diretor) Tel: 7846-5854 Correio eletrónico: -
11	Asosiasaun Esperansa Feto Defisiénsia	Reforço das capacidades, educação, proteção, encaminhamento de mulheres e crianças com deficiência	Bidau, Dili	Madalena da Costa (Diretora) Tel: 7816-5825 Correio eletrónico: -
12	Asosiasaun Klibur Haforsa Defisiénsia Aileu	Reforço das capacidades, educação, proteção, encaminhamento e economia	Seloi Malere, Aileu	Joana da Costa (Diretora) Tel: 7652-3276 Correio eletrónico: -
13	Community Based Rehabilitation Network Timor-Leste	Defesa da proteção e promoção dos direitos das mulheres e raparigas em Timor-Leste	Fatuhada, Dili	Norberta Vicente Soares da Cruz (Diretora Executiva) Tel: +670 7786 3075/7794 3811 Facebook: Community Based Rehabilitation Network Timor-Leste
14	Asosiasaun Defisiénsia Fiar Timor-Leste	Proteção, encaminhamento e formação	Vila Nova, Baucau	José Frederico de Sous (Diretor) Tel: 77242605 Correio eletrónico: jfredericodsousa@gmail.com
Organizações não governamentais				
15	Klibur Domin	Saúde - tuberculose, deficiências motoras e psicossociais	Tibar, Liquiçá	Joaquim Freitas Soares (Diretor Executivo) Tel: +670 7723 2016 Correio eletrónico: kliburdomin@gmail.com

N.º	Organização	Principais atividades	Endereço	Dados de contacto
16	Asosiasaun Ema Afeita Lepra Timor-Leste	Reforço das capacidades, encaminhamento, economia e proteção das pessoas afetadas pela lepra	Bemori, Dili	Joél dos Santos (Diretor) Tel: 7707 4821 Correio eletrónico: -
17	Klibur Alzeizadus Timor Loro Sa'e	Educação e promoção de oportunidades económicas para pessoas com deficiências através da produção de artesanato para venda	Darasula, Baucau	Laurentino Guterres (Diretor Executivo) Tel: +670 3313036; Mob: +670 7723 3857 Correio eletrónico: glaurentino@yahoo.com ou katilosa@yahoo.com
18	Pradet	Aconselhamento e terapia de saúde mental	Manleu, Dili	Manuel dos Santos (Diretor Executivo) Tel: +670 77240331 Correio eletrónico: pradettimorlorosae@yahoo.com
19	Clínica Café Timor	Serviços de saúde	Bidaun, Dili	Marce Soares (Diretora da Divisão de Atendimento aos Associados da Clínica Cafe Timor) Tel: +670 7815 4510 Correio eletrónico: marce_npsoares@yahoo.com
20	Asosiasaun Naroman ba Futuru	Educação e reforço das capacidades das pessoas com deficiência	Comoro, Dili	Jónio Soares Carvalho Tel: 78256886 Correio eletrónico: -
21	Asosiasaun Trasforma Lepra Timor-Leste	Proteção das pessoas afetadas pela lepra e atividades económicas	Bairo Pite, Dili	Luiza Teresinha Gusmão (Presidente, Conselho Consultivo) Tel: +670- 7706 7402 Correio eletrónico: atle.timorleste@gmail.com
22	Joventude Luta ba Fututu Saude Timor-Leste	Proteção e sensibilização para as deficiências psicossociais e os serviços de saúde	Dili	Filomena M. Gonzaga (Gestora do programa) Tel: 78317270 Correio eletrónico: -
Congregações e/ou instituições religiosas				
23	Alma Sisters	Terapia para crianças com deficiências intelectuais e educação	Pantai Kelapa, Dili	Madre Bergita (Madre Superiora) Tel: +670 7754-6488/7706-0608/ 3313024 Correio eletrónico: alma_dili@yahoo.com

N.º	Organização	Principais actividades	Endereço	Dados de contacto
24	Putri Maria e Yosef	Educação e terapia para crianças com deficiência auditiva	Buruma, Baucau	Madre Anas (Madre Superiora) Tel: 7333-6476/7333-6478 Correio eletrónico: sranaspm@gmail.com
25	Klínika Uma Ita nian Santu Francisco de Assis	Educação, terapia para crianças com deficiências intelectuais e saúde	Aileu	Quida Xavier Pereira (Motivadora do programa) Tel: - 78369475 Correio eletrónico: guidaxavierartc@yahoo.co.id
26	Centro de Reabilitação Liman Hamutuk	Educação, saúde e assistência a pessoas com deficiência	Hera, Dili	Branca Lopes (Diretora) Tel: +670 7723-4230/7700-6305 Correio eletrónico: brancatimor@gmail.com
Cooperativas e desenvolvimento do sector económico				
27	Cooperativa Crédito Defisiénsia Timor-Leste	Cooperativa, empresas e economia para pessoas com deficiência	Mascarenhas, Dili	António Pinto Tel: 7707-1158 Correio eletrónico: -
Rádio comunitária				
28	Rádio Komunidade Defisiensia Timor-Leste	Transformar, divulgar e publicar informações sobre as vozes das pessoas com deficiência	Comoro, Dili	Emerenciana (Gerente) Tel: 75817533 Correio eletrónico: -

Anexo II:

Contactos das organizações de mulheres

Lista das redes de mulheres de Timor-Leste				
N.º	Organização	Contacto .	Escritório	Observações
1	AMST	Memória institucional e fundadoras da rede de mulheres de Timor-Leste		
2	Associação das Madres			
3	ET-WAVE			
4	FETO Disapora			
5	OMT			
6	Associação de Juristas			
7	Orfanato Santa Bakhita			
8	UNFETIL			
9	FPSH			
10	FHAM			
11	IS-MAIK			
12	OPMT	+670 7705 0138	Dili	Ativo
13	FOKUPERS	+670 7726 6475	Dili	Ativo
14	GFFTL	+670 7815 8533	Dili	Ativo
15	Sagrada Família	+670 7728 8880	Dili	Ativo
16	PAS	+670 7730 4493	Dili	Ativo
17	Fundação ALOLA	+670 7728 3591	Dili	Ativo
18	APSC TL	+670 7732 7902	Dili	Ativo
19	FEEO	+670 7793 3731	RAEOA	Ativo
20	FKSH	+670 7816 3248	Dili	Ativo
21	HAFOTI	+670 7712 7959	Dili	Ativo
22	FHF	+670 7724 0512	Dili	Ativo
23	HMF	+670 7732 3088	Dili	Ativo
24	Ba Futuru	+670 3323855	Dili	Ativo

Lista das redes de mulheres de Timor-Leste				
N.º	Organização	Contacto .	Escritório	Observações
25	HMF	+670 7843 9470	Dili	Ativo
26	CNSR	+670 7725 7186	Dili	Ativo
27	LE-ZIAVAL	+670 7752 2969	Dili	Ativo
28	Esperança	+670 7733 7807	Dili	Ativo
29	FHO	+670 7829 4942	Dili	Ativo
30	KDP	+670 7700 3317	Baucau	Ativo
31	AEMTL	+670 7746 7999	Dili	Ativo
32	LEDAK	+670 7718 4552	Covalima, Suai	Ativo
33	FPWO	+670 7726 8665	RAEOA	Ativo
34	MANEO	+670 7588 3178	RAEOA	Ativo
35	Empreza Di'ak	+670 7837 2882	Dili	Ativo
36	FHM	+670 7672 1444	Bobonaro	Ativo
37	FUNDAMENTAÇÃO	+670 7750 6901	Lautém	Ativo
38	Fundasaun Uma Pas Baucau	+670 7708 6416	Baucau	Ativo
39	AUFD	+670 7728 5437	Baucau	Ativo
40	JLHFS TL	+670 7789 7409	Dili	Ativo
41	ASSOFAC	+670 77508170	Dili	Ativo
42	GMEPTL	+670 7705 0138	Dili	Ativo
43	ABD	+670 7777 2226	Liquiçá	Ativo
44	AEFD	+670 7816 5825	Dili	Ativo
45	ADFL	+670 7705 7067	Manufahi	Ativo
46	BANO	+670 7808 9897	RAEOA	Ativo
Total de membros da Rede Feto (rede de mulheres de Timor-Leste): 46				

PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS:

Mulheres e crianças

Anexo III:

Produtos alimentares e não alimentares

Kit de emergência

Kit de primeiros socorros



Pinça



Tesoura



Termômetro



Ligaduras



Analgésicos



Compressas de gaze



Toalhetes anti-sépticos



Luvas descartáveis

Alimentos e água



Garrafas de água



Alimentos não perecíveis



Pastilhas para purificação da água

Vestuário e abrigo



Manta térmica



Saco-cama



Tenda



Casaco impermeável



Agasalhos

Produtos alimentares



Arroz fortificado



Bolachas ricas em fibra



Alimentos ricos em proteínas



Fruta



Bolachas de aveia



Água



Carne e feijão (carne, frango, atum em lata)



Vegetais



Óleo alimentar



Leite



Medicamentos

Lista de emergência

Para alimentar uma família de 5 durante um ano

Lactíneos

3.650 doses



Leite, queijo, batidos

Proteína

5.475 doses



Frango, peru, vaca e fambre

Legumes

9.125 doses



Ervilhas, milho, feijão verde, brócolos

Fruta

7.300 doses



Ananás, pêssegos, bananas, framboesas, morangos

Pão

16.425 doses



Aveia, arroz, farinha de trigo, granola

Água

6.908 litros



Produtos não alimentares



Panela para cozinhar



Conjunto de talheres portáteis



Colchão



Pacote sanitário e kit de dignidade (sabonete, champô, escova de dentes)



Botija de água quente com isolamento térmico 500 ml



Roupa



Cobertor



Fogão de campismo



Roupa interior



Fraldas para criança



Pacotes escolares para crianças (mochilas, sapatos, livros, lápis, borracha, cola, pasta, lápis de cor, cadernos para colorir, régua, tesoura)

EMERGENCY PREPAREDNESS:

Older persons



Standard emergency kit



First aid kit



Tweezers



Scissors



Thermometer



Bandage



Pain reliever



Gauze pads



Antiseptic wipes



Disposable gloves

Food and water



Water bottles



Non-perishable food items



Water purification tablets

Clothing and shelter



Emergency blanket



Sleeping bag



Tent



Waterproof jacket



Warm clothing



Walking aid

Food items



Fortified rice



fiber-rich crackers



protein-rich foods



fruits



oatmeal biscuits



water



meats and beans (canned meat, chicken, tuna)



vegetables



cooking oil



milk



medication

Emergency list

To feed a family of 5 for a year

Dairy

3,650 servings



Milk, cheese, shake

Protein

5,475 servings



Chicken, turkey, beef, ham

Veggies

9,125 servings



Peas, corn, green beans, broccoli

Fruits

7,300 servings



Pineapple, peaches, bananas, raspberries, strawberries

Breads

16,425 servings



Oatmeal, rice, creamed wheat, pasta, granola

Water

1,825 gallons



Non-food items



cooking pot



emergency utensil set



mattress



insulated hot water bottle 500ml



clothes



blanket



camping stove



small portable mini FM radio and MP3 player for visually disabled person



diapers for cognitively impaired person



sanitary pack and hygiene and dignity kit (soap, shampoo, toothbrush, toothpaste, bandages, underwear, hand sanitiser, tissues)

PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS:

Pessoas com deficiência



Kit de emergência



Kit de primeiros socorros



Alimentos e água



Vestuário e abrigo



Produtos alimentares



Lista de emergência

Para alimentar uma família de 5 durante um ano

Laticíneos	Proteína
3.650 doses	5.475 doses
Leite, queijo, batidos	Frango, peru, vaca, fiambre
Legumes	Fruta
9.125 doses	7.300 doses
Ervilhas, milho, feijão verde, brócolos	Ananás, pêssegos, bananas, framboesas, morangos
Pão	Água
16.425 doses	6.908 litros
Aveia, arroz, farinha de trigo, massa, granola	

Produtos não alimentares







UNDRR